

Trabalho e capitalismo na determinação social do consumo de drogas

Sarah de Andrade de Souza, Psicologia, Centro Universitário Integrado, Brasil

Me. Kayo Rodrigo Vicente, Psicologia, Centro Universitário Integrado, Brasil,
kayo.vicente@grupointegrado.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a relação entre o desgaste psicofísico advindo do modo de produção capitalista e o consumo de substâncias psicoativas, embasando-se na determinação social do consumo de drogas. A relevância dessa pesquisa reside na necessidade de revelar as raízes históricas e sociais do consumo de drogas, em contraposição ao modelo biomédico e individualista, buscando subsidiar a superação das ideologias preconceituosas e aplacar as práticas estigmatizantes dentro do campo acadêmico e profissional. Diante desse contexto, o objetivo geral é analisar de que forma as condições de exploração da força de trabalho determinam o uso de drogas pela classe trabalhadora, tendo como objetivos específicos: compreender a importância do trabalho na constituição do ser humano enquanto ser social; investigar o impacto da perda de sentido na atividade laboral, das cargas de trabalho e do desgaste psicofísico na subjetividade dos sujeitos; e evidenciar como o consumo de drogas que, embora manifesta no plano individual, reflete padrões de desgaste configurados coletivamente no âmago da sociabilidade capitalista (Moraes, 2018).

MÉTODO

Para o desenvolvimento deste estudo, optou-se pela realização de uma pesquisa bibliográfica de caráter narrativo e abordagem qualitativa, utilizando para investigação artigos, teses e dissertações voltadas à intersecção entre a saúde do trabalhador, consumo de substâncias psicoativas e o modo de produção capitalista, além de relatórios oficiais acerca dos temas. Como mecanismo para a obtenção dos dados, empregou-se a leitura exploratória, seletiva e analítica das referências. Por fim, o tratamento e a interpretação dos dados foram conduzidos por meio da análise crítica do material selecionado, articulando, a partir do materialismo histórico-dialético, as informações extraídas para fundamentar e sustentar a discussão proposta ao longo do texto.

REVISÃO DE LITERATURA

Diante da realidade brasileira atual, é notável o impacto do consumo das substâncias psicoativas por parte da população. A pesquisa realizada em 2023 pelo Levantamento Nacional de Alcool e Drogas (UNIFESP, 2025b) indica que cerca de 18,7% da população brasileira acima de 14 anos, consumiu alguma substância

psicoativa (exceto álcool e tabaco) durante a vida, enquanto 8,1%, mais de 13 milhões de brasileiros, haviam consumido recentemente no momento da pesquisa. No mesmo período, o LENAD III (UNIFESP, 2025a) apontou que 44,6% dos brasileiros adultos que consomem álcool o fazem em quantidades elevadas, semanalmente, além de 26,8 milhões estarem sob uso contínuo de produtos fumígenos (UNIFESP, 2025c).

Tradicionalmente, a compreensão desses índices epidemiológicos é capturada pelo modelo biomédico, o qual é regido por um viés biologizante e individualista, restringindo questões como dependência química, alcoolismo e tabagismo a patologias puramente orgânicas e individuais, culpabilizando o sujeito por suas “falhas” e isentando a estrutura social de suas responsabilidades nesse processo (Moraes, 2018).

Nesta discussão, é necessária uma concepção que articule os processos biológicos e sociais, capaz de compreender a totalidade do sujeito dentro de uma perspectiva coletiva. A teoria da determinação social do processo saúde-doença, proposta por Asa Cristina Laurell (1982), postula a existência de uma hierarquia do social sobre o biológico, indicando que as manifestações biológicas são, em última análise, o reflexo material das relações sociais. Isto não é afirmar que o biológico é supérfluo ou que seja desnecessário compreender o desenvolvimento da doença em seu âmbito fisiológico, mas sim elevar a discussão para as diferentes dimensões que compõem os sujeitos, sendo elas o gênero humano (universal), as particularidades de cada estrutura de produção e reprodução da vida nas diferentes sociedades e, por fim, a forma como os sujeitos, em nível singular, vivenciam essas particularidades (Moraes, 2018).

Além disso, a autora afirma que cada coletividade constrói seu próprio perfil patológico, ou seja, a forma como as pessoas adoecem em cada sociedade e período histórico, advém da estrutura de organização de produção e reprodução da vida, tendo como principal eixo organizativo o trabalho (Laurell, 1982). Segundo a perspectiva marxista, o trabalho é um processo no qual o ser humano atua sobre a natureza, transformando-a em prol de satisfazer suas necessidades e, simultaneamente, transformando a si mesmo, sendo, portanto, a categoria fundante do ser social, ou, em outras palavras, a base para o desenvolvimento da consciência, sociabilidade, processos psicológicos superiores e construção da personalidade dos indivíduos (Lessa, 2007).

A atividade de trabalho gera um produto para saciar uma necessidade, onde as ações para criação desse produto são conectadas ao motivo (o porquê trabalhar) pelo sentido pessoal, sendo, portanto, a expressão material da subjetividade humana (Duarte, 2004). Ademais, dentro da sociabilidade capitalista, o trabalho é transmutado em mercadoria, o que acarreta um processo de desumanização e alienação, caracterizado pela não apropriação do produto de seu trabalho por parte dos trabalhadores, em que o significado de seu trabalho se encontra destituído de sentido e prejudica o desenvolvimento da personalidade dos sujeitos (Moraes, 2018).

Em qualquer atividade laboral, ocorre naturalmente um movimento dialético entre o desgaste e a reprodução das forças vitais do ser humano. O desgaste compreende a perda ou redução da capacidade efetiva biológica ou psíquica do trabalhador, enquanto a reprodução é definida como a reposição dessas forças no nível

individual, sendo revigorada por meio da alimentação, do descanso e do lazer (Laurell, 1982). No modo de produção capitalista, a classe trabalhadora encontra-se historicamente desapropriada dos meios de produção, sem o controle das ferramentas, das máquinas, da terra e das matérias-primas necessárias para a produção da vida. Resta-lhe, portanto, apenas a venda da sua força de trabalho como mercadoria (Lessa, 2007).

Com isso, entende-se que no sistema de produção capitalista, este que visa unicamente o lucro, o desgaste decorrente da venda da força de trabalho torna-se prejudicial à saúde dos trabalhadores, pois a reposição das energias vitais torna-se insuficiente frente ao ritmo produtivo imposto, as longas jornadas de trabalho, o pouco tempo de descanso, entre outros, consolidando um estado crônico de degradação da saúde física e psíquica (Viapiana; Gomes; Albuquerque, 2018).

Essa dinâmica destrutiva ganha contornos dramáticos diante da precarização contemporânea das condições de trabalho e da instabilidade dos empregos. Dados da PNAD Contínua (IBGE, 2026b) apontam que, no trimestre encerrado em fevereiro de 2026, a taxa de desemprego atingiu 5,8%, isto é, cerca de 6,2 milhões de pessoas estão à margem do mercado formal. Contudo, a desocupação de forma isolada não expressa a totalidade da realidade do trabalho no Brasil, devendo ser somada ao alto contingente de trabalhadores precarizados, onde 38,1% da população ocupada em 2025 se encontravam em empregos informais (IBGE, 2026a).

Simultaneamente, a desvalorização da força de trabalho se expressa na renda, cerca de 35,3% de toda a população ocupada, mais de 34 milhões de pessoas, estão sobrevivendo no limite financeiro de até um salário-mínimo por mês (IBGE, 2025a). Além disso, segundo o último levantamento do IBGE (2025b), a “uberização” do trabalho cresceu 25% em relação aos anos anteriores, revelando que 1,7 milhão de brasileiros tem os aplicativos de transporte e entrega como sua principal fonte de renda, caracterizados pela falta de direitos trabalhistas, intensos ritmos produtivos e péssimas condições de trabalho. Concomitante a isso tem-se as longas jornadas do mercado formal, onde mais de 19,3 milhões de trabalhadores cumprem escalas exaustivas de 44 horas semanais, frequentemente chamada escala 6 x1 (FGV IBRE, 2025).

Esses processos de desgaste podem ser compreendidos a partir das chamadas cargas de trabalho, sendo elas físicas, químicas, mecânicas, biológicas ou fisiológicas e psíquicas, que implicam diretamente sobre o corpo e o psiquismo dos sujeitos, produzindo alterações que se expressam em diferentes formas de adoecimento. Tais cargas se manifestam tanto por meio de sobrecargas (como ritmos intensos, atenção constante, tensão psíquica ou física) quanto por subcargas (como monotonia acentuada, repetições constantes e ausência do processo criativo) (Viapiana; Gomes; Albuquerque, 2018).

A materialização dessas cargas laborais e o consequente adoecimento psíquico são refletidas nas estatísticas oficiais de saúde. Em 2025, no Brasil, houve 534.904 afastamentos do trabalho (concessões de auxílio por incapacidade temporária pelo INSS) motivados por problemas de saúde mental. As principais causas foram transtornos ansiosos e depressão. No entanto, essas mais de meio milhão de ocorrências refletem apenas a parcela de trabalhadores formais (ou microempreendedor individual - MEIs) inseridos no sistema previdenciário, ou seja,

os trabalhadores precarizados, informais e uberizados que adoecem mentalmente da mesma forma ou de maneira ainda mais severa, não é contabilizada nessa estatística oficial, visto que não possui o direito de solicitar um afastamento remunerado (Brasil, 2026).

Aprofundando a análise de como essas cargas e o adoecimento resultante operam no cotidiano, Castro (2023) enfoca os processos críticos protetivos e destrutivos. Os processos críticos protetivos são aqueles que operam no sentido de garantir a sobrevivência, a produção e reprodução da vida e a recomposição das energias dos sujeitos. Em contrapartida, os processos destrutivos representam processos de desumanização e degradação da vida, decorrentes justamente daquelas sobrecargas e/ou subcargas de trabalho (Castro, 2023).

Sob a compreensão acerca da superexploração do trabalhador, a análise dos dados sobre o consumo de substâncias psicoativas no Brasil recebe outro direcionamento, interligando-se diretamente ao mundo do trabalho precarizado e deixando de ser vista como uma questão puramente individual para ser compreendida, daqui em diante, como um meio de adaptação aos processos de desgaste e reprodução social impostos pela organização capitalista (Moraes, 2018).

Nesse ínterim, destituído do sentido de sua própria atividade e submetido a intensas cargas laborais, o sujeito vivencia um profundo desgaste. A submissão a essa lógica de superexploração não se restringe ao ambiente de trabalho, mas transborda para as outras esferas da vida, empobrecendo atividades que antes seriam formadoras de sentido e promotoras de desenvolvimento, reduzindo áreas como lazer e sociabilidade a um mero espaço de recuperação da força de trabalho (Moraes, 2018).

É nesse cenário de exaustão e superexploração que o uso de substâncias psicoativas deixa de ser apenas um fenômeno individual e passa a ser mediado pelas necessidades forjadas pelo próprio modo de produção. Sob a ótica da Psicologia Histórico-Cultural, as necessidades não são puramente biológicas, mas sim construídas socialmente no interior da atividade de trabalho. Assim, o consumo de drogas surge como uma necessidade alienada, podendo suprir a urgência de suportar os desgastes laborais, impulsionar a produção ou sustentar a restauração das forças de trabalho (Castro, 2023).

Moraes (2018) apresenta a droga como uma “ferramenta de trabalho”, utilizada por trabalhadores de determinadas categorias, que apresentam padrões de desgaste específicos, para suportar as longas jornadas e as altas cargas físicas e psíquicas. Castro (2023), em sua apresentação dos casos entrevistados para a pesquisa, traz exemplos de consumo de álcool como meio para tolerar o desgaste do trabalho, como distração das dores ou formas de manter a produção intensa. Além disso, há também o recorte quanto ao uso dos estimulantes durante trabalhos noturnos ou com longas jornadas.

Concomitantemente, a autora faz um recorte em relação aos espaços de socialização e meios de lazer, compreendendo que estes âmbitos estão marcados pelo uso de substâncias como forma de entretenimento e restauração da força de trabalho. Nesse sentido, não significa um uso prejudicial ou dependência das substâncias, mas insere a droga no cotidiano dos sujeitos, podendo ser considerado, num primeiro momento, como um processo crítico protetivo em

oposição as altas cargas de trabalho e desgaste. Em outro exemplo, Castro (2023) demonstra essa realidade ao apresentar a vivência de um antigo motorista: o trabalho exigia altos níveis de atenção por longas durações, deslocamento constantes e longas jornadas de trabalho, caracterizando processos críticos destrutivos para a saúde. No entanto, a sociabilidade entre os trabalhadores era o polo restaurador. Após os expedientes, eles se encontravam para consumir álcool e interagir, caracterizando um processo crítico protetivo, mediado pelo álcool em direção a socialização:

Nos parece aqui que o consumo de álcool junto aos colegas de trabalho se apresenta como um processo crítico protetivo, na medida em que permeia momentos em que ele conhece novos lugares, se socializa, conversa com os colegas de trabalho, estabelece vínculos de confiança, vivencia experiências que vão para além da realização do trabalho (Castro, 2023, p.192).

Diante do exposto, encontra-se no uso de drogas um meio individual de enfrentar cargas derivadas do âmbito social, como o desgaste do trabalho, por vezes, insuportável. Como aponta Moraes (2018), as drogas adquiriram um lugar de utilidade para o capital, com exigências de maior produtividade, menor tempo de descanso, constante positividade e disposição, supressão do sofrimento, adoecimento e frustrações. Como afirma a autora: nesses casos as drogas são os produtos sociais que comumente irão “aplar” o sofrimento, sejam elas lícitas ou ilícitas, compradas no bar, na biqueira ou na farmácia (p. 265).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida nesse resumo expandido demonstra que o consumo de substâncias psicoativas transcende as justificativas individualistas e de cunho puramente biológicos, configurando-se como um fenômeno estruturalmente determinado na sociabilidade capitalista. Constata-se que a destituição de sentido do trabalho e as intensas cargas laborais acarretam um desgaste psicofísico crônico, intensificando processos de sofrimento e adoecimento tanto físicos quanto psíquicos. Diante disso, as drogas assumem um papel utilitário, atuando como ferramentas de trabalho, protagonizando processos de reprodução da vida e suprimindo o sofrimento dos trabalhadores frente ao desgaste laboral intenso.

Essa dinâmica estrutural encontra forte respaldo nos levantamentos epidemiológicos e laborais contemporâneos, que evidenciam como a alta prevalência do consumo de drogas no Brasil caminha lado a lado com a escalada dos transtornos mentais (como o *Burnout*), a expansão da "uberização" e a imposição de jornadas exaustivas. Fica evidente, portanto, que as condições extremas de precarização atuam como determinantes nos meios de reprodução das vidas dos trabalhadores e, diante das possibilidades limitadas, gestam um modo de andar a vida complexo e socialmente modificado, o consumo de drogas.

PALAVRAS-CHAVE: Determinação social. Consumo de drogas. Impactos sociais no consumo de substâncias psicoativas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Previdência Social concede mais de 546 mil benefícios por incapacidade temporária por transtornos mentais e comportamentais**. Brasília: Ministério da Previdência Social, jan. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/noticias/2026/janeiro/previdencia-social-concede-546-254-beneficios-por-incapacidade-temporaria-por-transtornos-mentais-e-comportamentais>. Acesso em: 3 abr. 2026.

CASTRO, L. **A determinação social do consumo de drogas: cuidado em saúde**. 2023. Tese (Doutorado) — Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, 2023.

DUARTE, N. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. **Cadernos CEDES**, v. 24, n. 62, p. 44–63, abr. 2004.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV IBRE). Quem são, e onde estão, os trabalhadores da escala 6x1? Rio de Janeiro: FGV IBRE, jan. 2025. Disponível em: https://ibre.fgv.br/sites/ibre.fgv.br/files/arquivos/u65/01ce2025_bruno_ottoni.pdf. Acesso em: 3 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: trabalho e rendimento: resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2025a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: trabalho por meio de plataformas digitais 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 17 out. 2025b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44806-numero-de-trabalhadores-por-aplicativos-cresceu-25-4-entre-2022-e-2024>. Acesso em: 3 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Em 2025, vinte unidades da federação registram a menor taxa de desocupação da série. **Agência de Notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 20 fev. 2026a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): Trimestre encerrado em fevereiro de 2026. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2026b.

LAURELL, A. A produção social da saúde. (La salud-enfermedad como proceso social). **Revista Latinoamericana de Salud**, México, 2, 1982, p.7-25.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

MORAES, R. J. S. de. **Determinação social do consumo de drogas: estudo de histórias de vida em uma perspectiva ontológica**. 2018. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Botucatu, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP). **Terceiro Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD III)**: Caderno Temático – Resultados Consumo de Álcool na População Brasileira. São Paulo: UNIFESP, 2025a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP). **Terceiro Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD III)**: Caderno Temático – Resultados Consumo de Cannabis e outras Substâncias Psicoativas na População Brasileira. São Paulo: UNIFESP, 2025b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Terceiro Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD III)**: Caderno Temático: Tabagismo e Uso de Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEF). São Paulo: Unifesp, 2025c.

VIAPIANA, V. N.; GOMES, M. M. de S.; ALBUQUERQUE, G. S. de. Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. spe4, p. 175-186, dez. 2018.